



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1356/15	DATA: 12/08/2015	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 17h17min	PÁGINAS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ISMAR BARBOSA CRUZ - Secretário de Controle Externo da Educação, Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União – Secex Educação;
PAULO DE MARTINO JANNUZZI - Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ENCE/IBGE;
PAULO ROBERTO CORBUCCI - Coordenador de Educação da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/DISOC.

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Boa tarde a todos e todas. Nós vamos dar início à audiência pública. Esta reunião de audiência pública da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 58/2015, de iniciativa do Deputado Evandro Roman, e tem como objetivo debater a construção de indicadores para uma política pública no contexto esportivo.

Quero convidar o autor do requerimento, Deputado Evandro Roman, para assumir os trabalhos e conduzir a audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Boa tarde a todos os senhores. Agradeço a presença de todos. Eu gostaria de informar que nós temos o Presidente da Comissão, que é o Deputado Márcio Marinho, e também o Presidente da Subcomissão, que é o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, e temos também a função da relatoria.

Comunicado:

Informo a todos que o Sr. Lars Schmidt Graef, Presidente da Comissão Nacional de Atletas, foi convidado para esta audiência, mas até o presente momento a Secretaria da Comissão não conseguiu contato para obter sua resposta.

Vamos à composição da Mesa.

Para dar início às apresentações, convido para se sentarem à mesa os Srs. Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União; Paulo de Martino Jannuzzi, Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e Paulo Roberto Corbucci, Coordenador de Educação da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (*Palmas.*)

Obrigado por terem aceitado os convites.

Antes de passar às exposições, informo as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da



exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Eu gostaria também de registrar a presença do Sr. Alípio Dias dos Santos, Diretor da 2ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto.

Quero também agradecer aos Parlamentares a presença.

Dando sequência aos trabalhos, vamos passar às exposições dos convidados.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, antes de passarmos às exposições, eu gostaria de fazer um comunicado, porque eu terei que sair, mas, com certeza, vou retornar para acompanhar parte desta audiência pública, que é muito importante — e desde já quero cumprimentá-lo. Quero apenas reforçar um convite, que vou deixar com o nosso Secretário-Executivo, Lindberg. Amanhã, às 14 horas, nós teremos o lançamento do nosso Fórum Legislativo do Futebol. Então, eu gostaria de fazer a divulgação, principalmente a todos os colegas aqui da Comissão, Deputados e Deputadas, para que se façam presentes. Teremos a participação de algumas autoridades, representações de todos os segmentos ligados ao futebol. É uma agenda que nós estamos trabalhando também em relação àquilo que ficou fora da questão da negociação de dívidas dos clubes, todos os outros aspectos, com 5 Relatores. Inclusive, nós apresentaremos cada Relator e o seu plano de trabalho, neste novo momento, para o qual a gente espera poder contribuir do ponto de vista legislativo através da nossa Comissão de Esporte e da participação de todos os Parlamentares.

Deputado Evandro Roman, eu queria reforçar, reiterar, exatamente, a necessidade da participação de todos amanhã, às 14 horas, no hall de entrada de acesso ao Plenário. Teremos a presença do Presidente da Câmara, da CBF, de representantes de atletas, dos clubes. Uma representação nossa, Parlamentar, com a presença de todos os colegas da Comissão do Esporte, é importante.

Era isso, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Está ótimo. Ficam aqui então os registros do Deputado Afonso Hamm.

Pela ordem, passo a palavra ao Sr. Ismar Barbosa Cruz, posteriormente ao Sr. Paulo de Martino Jannuzzi e ao Sr. Paulo Roberto Corbucci.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ - Boa tarde a todos. Cumprimento, primeiramente, o Deputado Evandro Roman, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Marinho, com quem já estive junto em outros momentos.

Quero dizer inicialmente que, para o Tribunal de Contas da União é sempre uma satisfação renovada e uma honra estar aqui, presente aos debates que esta Casa conduz. Quero dizer também que o nosso trabalho é muito acrescido com as contribuições do Congresso Nacional, seja pelas propostas que são originadas aqui, seja pela repercussão que os trabalhos das auditorias, enfim, do Tribunal, recebem nesta Casa.

Com muita satisfação vou apresentar aqui um conjunto de reflexões que o Tribunal de Contas da União vem fazendo em relação a essa área. Temos uma apresentação que vai nos guiar na nossa conversa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiramente eu vou rapidamente expor a abrangência da atuação do Tribunal de Contas na área do esporte. Nós vamos trazer aqui para os senhores e senhoras o resultado de dois trabalhos recentes, de duas auditorias importantes que acabaram de ser apreciadas pelo Plenário do Tribunal, e que os senhores estão recebendo através desta ficha síntese.

São trabalhos que já são públicos, e que têm muito a ver com as preocupações desta Comissão, com este trabalho aqui. Eu vou pontuar o que coincide com os nossos propósitos.

Vou falar um pouquinho do desafio dessa construção de indicadores na nossa ótica, com a nossa experiência, e das perspectivas que a gente vislumbra em trabalhos conjuntos com a Comissão.

Em primeiro lugar, quero dizer que o TCU, como todos sabem, atua fiscalizando os recursos e a origem dos orçamentos da União. Portanto, o foco da



atuação do TCU na área de esporte não é diferente. Ele abrange primeiramente a gestão do Ministério do Esporte, seus programas e suas ações.

Além disso, cabe ao Tribunal de Contas da União fazer uma avaliação sobre a conformidade, ou seja, a legalidade de aplicação dos recursos e mesmo o resultado, o desempenho de programas, sejam eles executados diretamente pelo Ministério, ou transferidos por convênio a Municípios, Estados ou entidades.

Além disso, compete-nos, pela própria lei — Lei Agnelo/Piva, que foi uma alteração da Lei Pelé — fiscalizar os recursos centralizados para os Comitês Olímpico e Paraolímpico e a Confederação Brasileira de Clubes.

Também estão no escopo da nossa atuação os patrocínios que as estatais federais realizam em relação ao esporte de alto rendimento, basicamente, e todas as demais ações; e as denúncias de receitas eventualmente concedidas ou autorizadas, a exemplo da Lei dos Incentivos ao Desporto.

Então, esse é o escopo, digamos, abrangente, da nossa atuação.

O que eu quero pontuar aqui e destacar são os dois trabalhos aos quais eu me referi. O primeiro deles é um levantamento que para nós, lá no TCU, é inédito do ponto de vista da abrangência das informações, do conjunto e dos próprios resultados.

É um levantamento que foi determinado com o propósito de diagnosticar, de fazer um amplo diagnóstico dos recursos que hoje são aportados ao esporte de alto rendimento no País e, a partir desse diagnóstico, trazer algumas constatações preliminares e determinar como consequência uma série de auditorias que estão em curso em determinadas confederações e federações.

Então, este acórdão foi público a partir da sua apreciação, há 15 dias, está no material, e eu vou destacar aqui — ele é muito abrangente — apenas as conclusões que nós entendemos mais propícias à reflexão que nós fazemos hoje, nesta tarde aqui.

A primeira conclusão é essa que está na tela. Nós percebermos uma evolução muito visível, muito concreta no ordenamento jurídico que rege o esporte no País, e também no montante de recursos que hoje é alocado a esta área.



Um exemplo de mecanismo criado pela legislação que é muito bem-vindo é a exigência da assinatura de um contrato de desempenho entre a entidade que se habilita a receber recursos e o próprio Ministério do Esporte.

Além disso, nós temos um montante que hoje é muito expressivo em termos financeiros de aplicação nessa área. Então, dessa primeira constatação, esse contrato de desempenho estabelece que há de haver critérios objetivos para aferir resultados das políticas públicas de esporte, ou seja, as confederações e federações que se habilitam a esses recursos têm que demonstrar os resultados que vêm obtendo. Essa é uma exigência da lei, que a gente vai explorar um pouco mais à frente.

Esse gráfico que está na tela dá uma ideia de quanto o Brasil ou as organizações públicas brasileiras aportaram ao esporte de rendimento nos últimos anos, desde 2010. Somando-se todos os anos até 2014, foram aportados ao esporte de rendimento pelo poder público aproximadamente 7,7 bilhões de reais. Os dados de 2015/2016 são projeções das próprias confederações, das próprias entidades do Sistema Nacional do Desporto.

Aí está incluído todo o investimento no esporte de alto rendimento, público e privado, que vai pra confederações ou comitês. Só não está nesse montante patrocínio privado ou público diretamente feito ao atleta. O foco do nosso trabalho foram as entidades do sistema, portanto, comitês e confederações.

A segunda conclusão diretamente relacionada a essa primeira — que já era razoavelmente de conhecimento nosso, mas foi uma surpresa — é a de que temos esse nível de dependência das entidades do Sistema do Desporto Nacional dos recursos públicos federais para financiamento das suas ações. É muito grande essa dependência, como a gente vai mostrar nesse próximo gráfico.

Se os senhores puderem visualizar, do azul claro, que é o último nível ali, para baixo, são recursos públicos federais. Então, a parcela correspondente a recursos privados e recursos dos Estados e Municípios, aportados, é muito pequena. Em outras palavras, 94% dos recursos aplicados no esporte de rendimento são originários dos orçamentos federais — 94% de todos os recursos —.

Outro dado que ilustra essa situação é, como o quadro mostra, quanto é aplicado em termos de patrocínio privado e público. Ano a ano, a barra clarinha é o



investimento público das empresas públicas patrocinando esporte. A barra escura é o investimento das empresas privadas no esporte.

Somando-se todo esse investimento até 2014, 83,6% dos patrocínios ao esporte de alto rendimento são estatais e apenas 16,4% são patrocínios privados. Então, essa constatação, aliada ao aporte de recursos orçamentários, nos traz uma preocupação, que é a extrema dependência dos entes do sistema da fonte oficial pública.

Ou seja, o Tribunal sinaliza uma necessidade de que sejam criados mecanismos indutores de captação de recursos do setor privado para que essa balança, pelo menos, se equilibre um pouco mais. O patrocínio, o aporte público, hoje, é muito desproporcional.

Outra conclusão é que é também de conhecimento de todos que hoje o País não tem um sistema esportivo estruturado de fato. Nós temos várias constatações que ilustram essa conclusão. Eu vou destacar apenas a primeira: hoje nós não temos direcionadores estratégicos para a área do esporte no País, como uma definição clara de competição. Há baixa interação entre os componentes desse sistema. O sistema existe formalmente, na lei e nas normas. Mas na prática percebemos muito pouca interação, muito pouca efetividade. Além disso, há outros itens.

Na sequência, nós estamos aqui para discutir o Plano Nacional do Desporto. E nosso trabalho diagnostica exatamente a repercussão da ausência de um plano nacional de desporto, que é previsto há muito tempo pela legislação e que vincula obrigatoriamente os contratos de desempenho ao PND. Em outras palavras, há vários anos, quatro ou cinco anos, para repasse de recursos ao esporte de alto rendimento, haveria de haver metas, planos, desempenho, como contrapartida do recebimento de recursos. E isso é letra morta na legislação. Esperamos que isso venha a ser solucionado a partir desta iniciativa, à qual nós estamos aqui para contribuir.

Nós temos outro problema diagnosticado que é a baixa capacidade operacional do próprio Ministério da Educação. Todos sabemos a importância e a prioridade que têm as ações do Ministério do Esporte no contexto da administração pública brasileira. E isso é refletido na estruturação da carreira. Nós temos 404



servidores no Ministério do Esporte, mas apenas 86 são efetivos do quadro. Existem Secretarias que não têm nenhum servidor efetivo. Enfim, há ausência de plano estratégico, ausência de um controle eficiente de prestação de contas. Isso tudo também é muito preocupante.

Falando de controle, também diagnosticamos uma fragilidade muito grande no controle dos recursos repassados. Grande parte é repassada a Estados, Municípios e entidades. E o próprio Ministério tem a competência de verificar o cumprimento, pelas entidades componentes do sistema, de exigências, por exemplo, o estabelecimento de mandato máximo de quatro anos para a direção da entidade, permitida uma recondução; ou a garantia de representação dos atletas nos conselhos técnicos e colegiados. Isso o Ministério deveria fiscalizar, verificar, avaliar, porque é competência dele. O que o Ministério tem hoje é apenas uma declaração das entidades de que são ou estão daquela forma, mas não há uma confirmação. Além disso, o TCU considerou um ponto gravíssimo a ausência desses contratos de desempenho, a qual faz a lei letra morta, como eu mencionei.

Outra constatação muito preocupante, que tem tudo a ver com o esforço de criarmos um plano de esporte que seja público, que possa ser acompanhado pelo cidadão, pelos órgãos de controle, pelo Congresso, é a baixa transparência na gestão dos recursos públicos. Nós temos a própria Lei Pelé determinando a transparência da gestão em mecanismos, por exemplos, como a disponibilização de dados de execução orçamentária e financeira e de contratos.

No *slide* seguinte, há um quadro que revela que isso não está sendo observado. Nós temos aí na barrinha mais escura as entidades que não cumpriram a exigência da publicação do estatuto no seu *site*. Entre todas as entidades pesquisadas, no primeiro quesito, estatuto, nós temos uma situação relativamente boa. Apenas oito não publicaram o seu estatuto no *site*.

Mas, na sequência, percebam que quase nenhuma tem o plano estratégico, as despesas e as receitas, o plano de cargos e salários e os contratos publicados no *site*. Isso é exigência da lei. Isso é obrigação das entidades. Isso não está sendo cumprido. Esse é um dado objetivo, e pode ser constatado facilmente por consulta de qualquer um de nós ao *site*. Então, muita da nossa preocupação em relação à



gestão diz respeito à transparência. E a transparência, nesse caso, começa em itens básicos que hoje não são observados.

Outra constatação também de conhecimento amplo é a falta de estrutura do desporto escolar e universitário. Os mapas mostram — escolar na esquerda, e universitário na direita — a concentração de alunos ou universitários associados às devidas confederações. Este quadro mostra, segundo o Censo Escolar da Educação Básica em 2013, que dos 50 milhões de alunos apenas 11 mil são associados à CBDE. E nas universidades, hoje nós temos 7 milhões de alunos, e apenas 54 mil são associados à CBDU. Isso dá ideia de quanta importância tem tido para os próprios alunos a prática esportiva, a vinculação a uma associação.

A última conclusão desse trabalho, que trago à consideração, tem a ver com o nosso propósito: a deficiência da governança e gestão na área do esporte de rendimento, impactada pela falta de liderança do Ministério da Educação como líder, como o condutor da política, responsável primeiro da política, a ausência de direcionadores estratégicos e controles deficientes, que realmente exigem medidas estruturantes por parte do Governo Federal e do poder público.

Esse é o primeiro trabalho do primeiro acórdão. Ele foi muito pouco explorado pela imprensa. O Zé Cruz, que está aqui presente, foi um dos jornalistas que deu alguma ênfase a esse trabalho. Mas ele tem muitas constatações. Eu destaquei aqui apenas as principais. Eu já encaminhei a esta Comissão de Esporte todo o conteúdo desse trabalho.

E o segundo trabalho que queremos mostrar é também relacionado ao esporte de alto rendimento. Na mesma sessão, ele foi aprovado, produzindo esse acórdão aí. É uma auditoria operacional feita em 2011. E o Tribunal voltou agora para monitorá-la, quer dizer, para avaliar se foram implementadas as ações finalizadas. Neste momento, o Tribunal percebeu, além do que foi constatado, alguns outros achados, como nós chamamos, que eu gostaria de compartilhar com os senhores e senhoras, que tem a ver demais com a preocupação que nos motiva a estar aqui hoje.

Então, eu destaquei as principais conclusões: um grande contingente de crianças e jovens sem acesso a locais de iniciação da prática esportiva; deficiências operacionais e de infraestrutura dos centros de treinamento instalados. Nós vimos



coisas muito tristes. E o TCU também sinalizou a necessidade de se aperfeiçoar o foco do Bolsa-Atleta, com prioridade para as modalidades olímpicas e paraolímpicas, para se garantir uma maior tempestividade para a concessão do benefício, que tem um problema de *time*.

Na sequência, há mais uma conclusão. O financiamento dos novos Centros de Iniciação ao Esporte — CIEs é uma grande preocupação, creio eu, da Comissão, do Tribunal de Contas e desta Casa. Esses centros foram criados ou estão sendo construídos sem que tenha sido diagnosticada a real necessidade e capacidade dos Municípios que vão recebê-los. Ou seja, nós temos grande possibilidade de termos elefantinhos brancos Brasil afora, centros construídos, sem a manutenção devida. Por isso, o Tribunal sinaliza a necessidade de fazermos um monitoramento da implantação desses Centros de Iniciação ao Esporte, o que vamos fazer seguramente num futuro próximo. Por últimos, constatamos a inexistência de uma política pública de pós-carreira para os atletas, o que é praticamente uma miragem na nossa realidade esportiva brasileira.

E, para finalizar, eu vou dar dois dados sobre a questão da detecção de talentos. Esses gráficos mostram a percepção de atletas e dirigentes sobre quão estruturadas estão as organizações ou quão boas estão as estruturas de captação de talentos esportivos. Se os senhores perceberem, a área clara representa a opinião de quem considera que o País não está estruturado. A área mais escura representa a opinião de quem entende que o País, hoje, tem uma estrutura adequada de detecção de talentos.

Nós temos uma margem enorme alunos, estudantes, potencialmente atletas. Mas eles não são identificados. A percepção dos dirigentes é muito parecida. E nesta figura 2 há ainda outro dado preocupante. Perguntaram aos dirigentes das confederações e comitês se eles acham que há um alinhamento entre a diretriz do comitê e o que a confederação realiza. A margem escura representa quem acha que há coerência nisso. Ou seja, a grande maioria acha que não há vinculação, não há um alinhamento entre diretriz nacional, diretriz da Confederação e as ações. Isso dito pelos próprios dirigentes, certo?

Por último, nós temos um gráfico, que também foi obtido em pesquisa, sobre os principais desafios para implantarmos no País uma verdadeira estrutura de



identificação de talentos. A opinião da Confederação e das federações é muito parecida.

Eu queria destacar os dois primeiros desafios. Ambos estão relacionados a uma dificuldade estrutural do País no que diz respeito a equipamentos e no que diz respeito a escolas, núcleos, quadras. Enfim, esses são os dois primeiros conjuntos de barras.

Então, o que mais preocupa aos dirigentes do esporte brasileiro é a estrutura física, para incentivar os jovens a praticar o esporte.

Só para refletirmos aqui, eu vou abordar a questão do desafio que nós temos na construção de indicadores. Nós temos um histórico no Brasil de indicadores, se existentes, de qualidade muito baixa. Na maioria das políticas públicas, infelizmente, nós não temos indicadores confiáveis estruturados. E a existência desses indicadores está diretamente relacionada à necessidade de cobrar desempenho, metas e resultados das políticas públicas, dando-lhes eficácia e efetividade. Além do mais, construir indicadores robustos, como é o propósito desta Comissão, é uma tendência mundial, ou seja, todos os países hoje se preocupam em criar indicadores confiáveis, para que possam refletir para o mundo o desempenho da sua política pública.

O próximo *slide* mostra a relação entre indicadores e expressões que hoje são muito valiosos para a nossa realidade: qualidade dos serviços públicos, transparência, controle social, qualidade do gasto, sustentabilidade, governança, enfim, controle. Nós estamos trabalhando, então, um conjunto de elementos que servirão a propósitos muito nobres para a nossa sociedade. E esse gráfico apenas ilustra isso.

O Tribunal de Contas da União — TCU tem feito um esforço para avaliar os indicadores do esporte. Então, nas contas do governo da Presidente Dilma do ano passado, que ainda não foram julgadas, há uma análise sobre os indicadores do esporte do Plano Plurianual — PPA de 2012/2015. A análise, que eu não posso revelar aqui, porque não foi apreciada, traz algumas fragilidades dos indicadores, que foram analisados com base nesses critérios. Eu sugiro que a Comissão, como contribuição, receba esses indicadores como o Tribunal entende que deve ser um



indicador de política pública; que analise os atributos que um indicador deve ter, para que ele seja válido, tenha qualidade.

Para finalizar, eu queria aqui trazer dois temas diretamente relacionados. Primeiro, a questão dos dados abertos. Se nós estamos discutindo política de esporte, se nós estamos discutindo a implantação de um plano, é fundamental que o Governo brasileiro, que as instituições de esporte adiram à estratégia de dados abertos, que é mundialmente também uma provocação.

Eu trago um conceito de dados abertos, apenas para deixar como reflexão, de uma fundação britânica de referência nessa área que diz:

“Dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença”.

No País, onde nós temos uma lei de acesso à informação para dizer o que não precisava dizer, porque a Constituição já havia dito, ou seja, a informação tem ser pública, isso tem que ser reforçado. Então, a própria Constituição, a Lei de Acesso à Informação — LAI e outras normas sinalizam claramente no sentido de que a informação tem que ser pública. E nós mostramos aqui um exemplo muito elementar de que a informação não está sendo pública.

Os princípios dos dados abertos estão também no material, que eu não vou ler, naturalmente, porque nós estamos concluindo. Nós estamos trazendo, como contribuição, uma cartilha com oito quesitos de boas práticas de dados abertos, para induzir quem por quem for disponibilizar essas informações, essas metas, esses indicadores, a segui-la.

E por último, uma iniciativa que também alcança o Brasil hoje é o esforço conjunto de países de criar o que se convencionou chamar em inglês de *national indicators*, que são indicadores de políticas públicas levantados, apurados, com a mesma metodologia para todos os países, ou pelo menos um conjunto básico para cada política, e os países vão poder estabelecer comparações objetivas sobre desempenho e forma de provimento da política pública.

A ideia é, sim, promover controle social e transparência. Vem muito ao encontro do que nós estamos dizendo aqui. Ou seja, o País e o TCU serão



indutores, pelo menos no Governo Federal, da criação desses indicadores. Este é um compromisso nosso perante a INTOSAI, o órgão que regula as instituições mundo afora, como o TCU, de fazer esse esforço perante o Governo.

Então, o eslaide seguinte mostra os quienais e as suas interfaces com os sistemas estruturantes e com as políticas públicas, uma abordagem sistêmica de longo prazo. A rigor, eu vejo grandes méritos na iniciativa de um Plano Nacional de Desporto, porque sinaliza uma política de longo prazo, sinaliza que transcende governos, sinaliza que é para ficar, que precisa ser executado independentemente do governante de plantão. Portanto, os quienais vêm nessa direção.

Finalizo, Deputado, dizendo das nossas perspectivas em relação a esse trabalho e a nossa parceria, Congresso e TCU, na área de esporte.

Primeiro, nós vemos uma ótima perspectiva da Comissão e desse trabalho em poder contribuir na implementação efetiva de um mandamento constitucional. Qual seja? Garantir a observância da destinação prioritária de recursos para o desporto educacional. Nós ainda não temos esse número. Mas sabemos que ainda é muito desproporcional essa balança. Investe-se muito mais no desporto de alto rendimento do que na detecção de talentos, no esporte de base, na inclusão e na adoção da política de esporte como inclusão social, como redução da pobreza e da violência, o que está por trás do princípio constitucional.

Há uma ótima perspectiva de termos nesse trabalho a elaboração de um Plano Nacional do Desporto consistente, significa dizer que será viável, significa dizer que terá metas e objetivo, significa dizer que será passível de ser acompanhado e monitorado. Nós temos uma boa experiência do Plano Nacional de Educação, que nós acompanhamos lá no TCU, na nossa área também, e podemos trazer aqui algumas ideias nessa formulação.

Por último, há uma perspectiva. Eu falava com o Deputado Evandro Roman, antes do início, que não adianta termos planos e não adianta medirmos se governos e entidades conseguiram atingir as metas. É muito mais importante que façamos uma monitoração e uma avaliação contínuas para sinalizar riscos de não atingimento das metas da política. Ou seja, agir de forma mais proativa e menos reativa. O plano precisa, portanto, ser acompanhado.



Com isso, eu encerro a minha participação. Agradeço enormemente a oportunidade. Espero que possamos contribuir nos debates.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Sr. Ismar.

O Sr. Ismar Barbosa Cruz dá-nos realmente a clareza de que os números e os dados falam. É muito bom ouvir, principalmente quando você tem um posicionamento dentro de uma linha. O senhor tem o posicionado de que, se nós não investirmos na base, não fizermos um trabalho, estaremos sempre enxugando gelo e fazendo com que, muitas vezes, o trabalho da ponta venha transparecer que está sendo feito um bom trabalho.

Eu sempre falo que atleta é algo que você planta numa década, e o grande resultado você vai colher em outra. Não há outro caminho.

Então, é muito bom, é música para os nossos ouvidos, realmente, o que o senhor falou.

Passamos, agora, a fala, neste momento, para o Sr. Paulo de Martino Jannuzzi.

O SR. PAULO DE MARTINO JANNUZZI - Boa tarde, Deputados e Deputadas. Agradeço o convite do Deputado Evandro Roman para estar aqui nesta mesa.

Sou técnico do IBGE, alocado na Escola Nacional de Ciências e Estatísticas, mas, atualmente, nos últimos 4 anos, tenho cumprido a função de Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Eu estarei aqui, talvez, trazendo muito mais reflexões sobre política pública e instrumentos de gestão no qual o indicador é um elemento do que propriamente contribuindo para uma discussão mais específica sobre a Política Nacional do Desporto, porque, de fato, nem é a minha área de pesquisa ou de atuação e muito menos de atuação dentro do Governo Federal. Mas eu acho que o aprendizado que nós temos nas políticas sociais de um modo geral, em particular no Ministério do Desenvolvimento Social, pode ser importante, inclusive, para as reflexões que estão se dando nesses últimos meses, nesses últimos 2 anos, com relação à necessidade



de definir indicadores para mais do que monitorar, porque indicador serve, sobretudo, para planejamento. Toda política pública muito nova tem as suas dificuldades de não dispor de informações estruturadas para elaboração de bons diagnósticos.

Eu reputo, do pouco que conheço na área do desporto, que é esse o quadro em que nos encontramos no Brasil. Enquanto avançamos muito do ponto de vista das políticas em educação, em saúde e no combate à fome, no mercado de trabalho... São políticas que existem, algumas há 30 anos, outras há 20 anos e outras, na verdade, foram criadas a partir da Constituição de 1988.

Então, muitas das nossas políticas públicas, em particular, políticas sociais, ainda carecem de informações estruturadas, como é o caso das políticas..., como são as ações na área do desporto.

Eu acho muito positivo esse tipo de debate, porque mostra o nível de institucionalização de uma política, vamos dizer assim.

Existem estudos internacionais que mostram claramente isto: a produção de indicadores, a produção de informações e a produção de pesquisas nas políticas públicas acompanham o investimento sobretudo público nas políticas. Não há como descasar uma coisa ou outra. A política é o programa público que mobiliza a necessidade do setor público de ter informações sistemáticas, regulares, de boa confiabilidade e de cobertura nacional, para que, então, se consiga aprimorar a ação pública, não é o contrário.

Gostaríamos que fosse o contrário, que dispuséssemos de todas as informações necessárias para elaborar bons diagnósticos na área do meio ambiente, na área do desporto, na área da cultura e na área de mobilidade urbana. Mas não dispomos dessas informações no nível de profundidade, confiabilidade e abrangência temática do que temos, por exemplo, na área de educação.

O Brasil, na área da educação, na área da saúde e na área dos indicadores de segurança alimentar e pobreza, é reconhecidamente um País com muitas contribuições e muito valorizado lá fora. Não é correto afirmar que, no Brasil, nós não tenhamos informação de boa confiabilidade, com boa precisão e com robustez para fazer política pública e política social. Não é correto isso porque, em qualquer fórum internacional de avaliação de políticas ou de produção de estatísticas, nós



temos depoimentos muito expressivos de parceiros latino-americanos, de parceiros africanos e de parceiros no hemisfério norte que reputam as nossas estatísticas como de boa qualidade, especialmente nesses segmentos que eu comentava.

Portanto, na área do desporto, estaremos, certamente, daqui a 5 anos, num quadro muito diferente do que temos hoje. Mas precisamos, de fato, fazer reuniões dessa natureza, investir em discussão com especialistas dos diversos segmentos da Administração Pública, para identificar, realmente, que tipo de informação, não só indicador, mas que tipo de pesquisa, que tipo de estudo e que tipo de indicador precisamos para que, em primeiro lugar, tenhamos uma clareza sobre as diversas demandas sociais do desporto. Nós temos que ter uma clareza de quem são os públicos-alvo das nossas políticas. Os nossos públicos são os atletas de alto rendimento? Os nossos públicos são as crianças nas periferias que não têm praças públicas para praticar o desporto? São as crianças nas escolas ou é a população brasileira como um todo? Enfim, não é que uma escolha de um público-alvo exclua a possibilidade de ter outros também eleitos. Mas o fato é que os indicadores vão se diferenciar em função da ação pública criada para dar consequência a essa demanda levantada da promoção do desporto, tá certo?

Então, eu queria dizer inicialmente isso, porque, em boa medida, é o que está por detrás do contexto dessa apresentação sobre indicadores e políticas públicas. É uma apresentação extensa. Eu não vou esgotá-la aqui de modo nenhum, porque eu acho que é o espaço, talvez, das perguntas. Elas me ajudam a atender ou a tentar responder parte daquilo que vocês têm expectativa da minha eventual participação aqui, mas é mostrar então um pouco alguns apontamentos críticos fundamentais para pensar em indicadores e políticas públicas.

Em primeiro lugar, eu acho que é muito importante que nós entendamos que as políticas públicas e os programas públicos são desenhados para atender demandas específicas propostas pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo, pelos 3 Poderes. As políticas são intrinsicamente multiobjetivos. Um Plano Nacional do Desporto tem vários objetivos que são importantes de serem atendidos na sua completude. Muitas vezes a gente faz uma confusão entre política pública e projeto social, projeto social de pequena escala financiado por uma determinada instituição. Ali é possível ter 1 indicador ou alguns poucos indicadores que de fato consigam



medir resultados muito específicos daquela ação. A política pública é muito mais sofisticada, é muito mais abrangente, tem que responder a demandas muito mais complexas da sociedade. Portanto, ela precisa de um conjunto de informações mais complexas.

Outra coisa importante que tem a ver com essa questão da construção de indicadores e de um sistema nacional do desporto. Nós precisamos de indicadores, não só indicadores nacionais. Nós precisamos de indicadores que nos permitam ver como a articulação federativa e multisetorial, interministerial, trabalha a favor do desporto. Porque se existe alguma coisa que nós aprendemos muito bem nesses 25 anos de Constituição é que a união faz a força, a sinergia das políticas é que produzem resultados efetivos. Porque muitos Ministério não têm estrutura, e o Dr. Ismar colocou exatamente as dificuldades do Ministério dos Esportes com relação a sua estrutura, a sua capacidade de gestão para implementar políticas. Não se pode esperar de um Ministério que tenha as dificuldades de recursos humanos como o Ministério dos Esportes que ele consiga de fato produzir planos e indicadores que possam dar conta de toda complexidade que é um sistema nacional que envolve a articulação de muitos entes e que produzem os seus resultados.

Então, o sistema de indicadores de uma articulação como essa, de uma política pública entendida como um sistema precisa trazer também indicadores nacionais, mas indicadores também que permitam ver as especificidades subnacionais, para a gente ver, inclusive, onde está dando mais certo, onde que, por alguma razão, a articulação dos diferentes agentes produz os resultados.

Eu queria chamar a atenção de vocês também, gente, para o fato de que muitas das nossas insatisfações com os resultados de políticas públicas nas várias áreas, na área do desenvolvimento social, na área da saúde, na área da educação, advêm do fato de que nós temos uma grande organização produtora dos nossos serviços. Nós não estamos numa ONG, nós não estamos numa organização federal. A política pública é produzida por mais de 10 milhões de agentes no Governo Federal, Estados e Municípios. Cada um tem um nível de comprometimento, tem um nível de qualificação, e tem a própria autonomia federativa para desenvolver os projetos que precisam ser desenvolvidos. Então, em algumas áreas nós já conseguimos buscar maior alinhamento: o Plano Nacional da Educação; na saúde;



na área de desenvolvimento social, e, agora, no Plano Nacional de Desporto, que é o quê? É uma tentativa de articular os diferentes agentes para caminhar numa mesma direção.

Então, uma parte importante disso tem a ver então com os indicadores que têm sido levantados, inclusive, em pesquisas do IBGE, para o Ministério dos Esportes, que permitem quantificar a estrutura existente na área do esporte em Estados e Municípios. Porque a gente precisa saber com quem a gente conta lá na ponta para operar os programas e os recursos em nível federal.

Então, tão importante quanto medir resultados é medir capacidade instalada de gestão. E no Sistema Nacional do Desporto nós não podemos esquecer, como em qualquer sistema de políticas públicas, que temos sim que olhar qual é o quantitativo de pessoal do setor público ou de organizações envolvidas na produção da política pública lá. Precisamos levantar qual é o orçamento que cada Município e que cada Estado dedica a essa política. Porque, se isso é um sistema nacional, não compete só ao Governo Federal aportar recurso.

Então, precisamos ter indicadores que digam o nível de investimento nas 3 esferas, nos mais de 5 mil Municípios brasileiros. Precisamos ter informações que mostrem qual é a capacidade de implementação de políticas nas 3 esferas, porque esse é um grande desafio da política pública brasileira. Se a gente quer mais resultado, não há como desconsiderar que boa parte dos resultados não são obtidos por problemas de recursos humanos, de falta de subfinanciamento. Então, essas são recomendações importantes para imaginar essa agenda de indicadores do Sistema Nacional do Desporto.

Por fim, nessas 3 últimas considerações importantes para pensar sobre informação, conhecimento, indicador, para a política pública ou para a política do desporto, é reconhecer que nós avançamos no Brasil, na área social, e, aí, certamente, o esporte poderá ter um papel cada vez mais importante, quanto mais ele também se articular em reforçar o caráter da inclusão social via esporte, porque hoje atingimos 25% do Produto Interno Bruto brasileiro em políticas sociais. Estamos muito longe dos 33% do Produto Interno Bruto, que é o que países da periferia europeia aplicam em política social, porque os países socialdemocratas mais robustos da Europa gastam mais de 40% do Produto Interno Bruto em política



social. Os países latino-americanos gastam 18% no melhor dos cenários. O Brasil está, então, numa faixa intermediária, e, certamente, a gente sabe das dificuldades que temos, inclusive, para expandir isso no contexto atual. Enfim, o que eu queria chamar atenção é que em política pública o Brasil gasta algo na ordem de 25% do PIB. A América Latina gasta 18% do PIB; Portugal e Espanha, 33%; Suécia, mais de 45%.

Esse quadro aí, esse slide, é só para mostrar para vocês um exemplo de como as políticas públicas recentes, porque as políticas de desenvolvimento social foram criadas em 2004. O Ministério de Desenvolvimento Social foi criado em 2004, e ele conseguiu produzir resultados muito expressivos em pouco tempo porque ele se articulou dentro do sistema de políticas públicas já existentes no Brasil. Ele se articulou com as políticas universais de educação, saúde e trabalho com outras políticas transversais que foram criadas, de igualdade racial, de políticas de gênero, desenvolvimento agrário, direitos humanos, e essa sinergia políticas estruturas/políticas transversais é que potencializaram o combate à pobreza, o combate à fome e o acesso a direitos.

Isso é um desenho claro para vocês de como o Sistema Nacional do Desporto pode certamente se concretizar através de ações, na medida em que ele consiga se valer das políticas existentes para operar os seus programas. E isso também é importante, porque... Isso aí tem vários indicadores, e eu não vou expor aqui, mas só para mostrar para vocês que no sistema estatístico, hoje, no Brasil, nós temos informação muito interessante que mostra, que permite a gente computar diversos indicadores, não só para as médias da população brasileira, mas também para os segmentos mais pobres. Então, vários dos indicadores que o Ministério de Desenvolvimento Social se utiliza para monitorar e avaliar os seus resultados são indicadores gerais, mas recortados para segmentos específicos.

Então, eu imagino que os indicadores do Sistema Nacional do Desporto, se ele de fato tem, digamos assim, uma grande aderência e responsabilidade em querer também tratar o esporte como elemento de inclusão social, ele vai precisar de indicadores que reflitam o acesso da população de baixa renda às diversas ações existentes do Ministério.



Enfim, eu queria chamar a atenção de vocês para o fato de que no Brasil, de um modo geral — eu não digo na questão específica do desporto, que, de fato, a gente tem em algumas áreas de políticas públicas —, há lacunas importantes de informação. Mas de um modo geral, para muitas das políticas em trabalho, saúde, desenvolvimento social, educação, nós estamos passando por uma contradição; é o paradoxo da escassez de conhecimento na abundância de informação. Nós temos muitas informações produzidas pelo IBGE, produzidas pelos Ministérios, mas temos escassez de conhecimento. Porque dispor de dados, dispor de informação, por si só, não dá elementos para orientar política pública — esses dados precisam ser trabalhados.

Então, é muito importante que Ministérios novos, sobretudo, que tenham uma equipe técnica reduzida, que tem que operar as políticas, tenham parcerias estratégicas com os grandes institutos nacionais, como o IPEA, o próprio IBGE, outros Ministérios, que os ajudem a produzir conhecimento a partir das informações disponíveis. O caso brasileiro não é problema de retenção de informação, em absoluto. Existem milhares de bases de dados que podem ser disponibilizadas, mas que dependem, sim, de capacidade de produção de informação.

Finalizando, eu queria só chamar a atenção de vocês para isso, que os indicadores são como fotografias, como vocês estão vendo aí. Os indicadores espelham situações que podem ser muito complexas. Um indicador social nunca vai dar conta de representar essas cenas do cotidiano. É para isso que serve o indicador, para tentar retratar a realidade social através de um dígito, porque, na política pública, esse é o vocabulário técnico. A gente pode até ter relatório onde a gente traz fotografias, mas ao fim e ao cabo, para poder dar transparência, para tomar decisões republicanas, nós precisamos de informações estruturadas na forma de indicadores. Mas a gente nunca pode esquecer exatamente isso, que os indicadores têm a ver exatamente com cenas do cotidiano, com realidades que a gente quer transformar. Quando a gente fala em indicadores de desemprego, quando a gente fala de frequência escolar, quando a gente fala de pobreza, nós estamos nos remetendo a construções teóricas e metodológicas de realidades muito concretas. Então, o indicador por si só não existe sem uma referenciabilidade empírica, que é muito importante de ser buscada.



Enfim, essa era um pouco a minha contribuição. Esses slides têm outras reflexões aqui que eu acho que eram menos importantes para esse momento, sobre o conceito, enfim, e isso pode se dar em outro ambiente técnico. Mas eu queria então deixar aqui, mais como Secretário de Avaliação, Deputado — e também outros Deputados eventualmente interessados nessa questão, o próprio Ministério dos Esportes, nós já trabalhamos com o Ministério dos Esportes nos últimos 4 anos —, a oferta de eventualmente podermos de alguma forma prover alguma informação que vocês precisam, a partir dos nossos registros de que dispomos lá na Secretaria, registros do cadastro único, registros de pesquisas que fazemos e da própria produção de informação a partir de pesquisas que o IBGE tem produzido nesses últimos anos. Uma delas é a Pesquisa Nacional de Saúde, que traz resultados sobre hábitos de vida, de lazer e que terão seus resultados divulgados nas próximas duas semanas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Sr. Paulo Jannuzzi pela explanação e pelos dados apresentados.

Com a palavra o Sr. Paulo Roberto Corbucci.

O SR. PAULO ROBERTO CORBUCCI - Boa tarde a todos! Agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública.

Vou começar minha apresentação pelo princípio. Com relação à questão da definição de indicadores, acho que o Prof. Paulo Jannuzzi foi brilhante quando falou na questão de indicadores como fotografia. Essa é a ideia que eu defendo também. Em si, os indicadores não são capazes de explicar a realidade. Eles são capazes de mostrar uma face da realidade que precisa ser interpretada.

Então, para se definir indicadores, a primeira coisa que eu acredito que precisamos fazer é conhecer a natureza do objeto a ser indicado, a ser evidenciado a partir dessa fotografia e, nesse sentido, quando se trata do esporte, nós temos — acredito eu — uma deformação cultural que pensa o esporte como esporte de alto rendimento. Só que, na nossa Constituição, já ficou estabelecido que o esporte tem, pelo menos, três grandes manifestações.

Portanto, a definição de indicadores vai depender dos objetivos e dos problemas de cada uma dessas manifestações. Obviamente que cada uma delas



está vinculada a um público diferente, mas, no conjunto, essas três manifestações poderiam abranger a sociedade como um todo, a população como um todo. São elas que, na Constituição, aparecem com estas denominações: esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance, que resultaram de um trabalho da Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro instituída em 1985 por decreto presidencial. Claro que essas denominações são passíveis de questionamentos. Às vezes, elas não representam o conjunto da manifestação ou do público que atinge, mas, de certa forma, é muito mais rica, muito mais complexa do que apenas considerar o esporte como de alta competição ou de alto rendimento.

Relembro um pouco o que está na nossa Constituição brasileira que refletiu os trabalhos dessa Comissão de Reformulação do Esporte quando fala em “*práticas desportivas formais e não formais*”; quando fala, como já foi dito aqui nesta mesa, sobre “*a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional*” e quando fala em lazer.

Eu preferi fazer uma releitura dessas manifestações da seguinte forma: eu não chamaria esporte-educação. Por quê? Porque acho que todo esporte é educacional. Claro que o “educação” aí, supostamente, é aquele que ocorre fundamentalmente no âmbito da escola. Mas eu chamaria de esporte formativo ou de base. Por quê? Porque ele é para toda vida. Além disso, ele é também a base para o esporte de alto rendimento. Mas o esporte de base é de caráter predominantemente educacional e, portanto, de acesso universal.

Então, o que acontece hoje nas escolas brasileiras é que não temos nenhuma educação física de acesso universal, seja pela carência ou insuficiência de instalações, seja pela orientação que é dada aos professores de educação física, que excluem aqueles que não são aptos, porque o modelo que se tem é o modelo do rendimento, o modelo da aptidão física para o desporto e, portanto, aqueles que não têm essas aptidões estão excluídos das aulas de educação física, que deveriam ser de caráter universal.

A outra manifestação, sim, é o esporte de alto rendimento. É aquele que todos nós conhecemos, aquele que aparece na televisão. Recentemente, tivemos os Jogos Pan-Americanos e tivemos uma larga cobertura. Já no momento dos Jogos Paraolímpicos, Jogos Parapan-Americanos, nós não tivemos cobertura nenhuma, e



o Brasil está lá no topo do quadro de medalhas, muito à frente do Canadá e muito à frente dos Estados Unidos, mas ninguém fica sabendo disso, porque o que importa no Brasil é o esporte de alto rendimento para aquele atleta dito normal.

Então, o esporte de alto rendimento, sim, vai depender dessa base do esporte formativo ou de base, e a diferença é que o objetivo central é o rendimento, é o resultado.

Ao esporte que é chamado na Constituição ou na Comissão de Reformulação de esporte-participação, eu prefiro dar outro nome. Por quê? Porque o esporte educacional também é participação; o de rendimento também é participação. Eu prefiro chamar de esporte como hábito de vida e aí existe aquela ideia no Brasil de que nós temos uma pirâmide esportiva em que temos a base, que é o esporte educacional, o meio, que é o esporte de participação, o esporte tempo livre, e lá no topo da pirâmide o esporte de alto rendimento.

Eu credito que o modelo adequado de esporte não é o piramidal, é bloco. Por quê? Porque o esporte de alto rendimento vem a partir do esporte de base, mas ambos confluem para um esporte para toda vida. É um esporte que eu estou chamando como hábito de vida, como cultura corporal, como parte integrante da vida do ser humano. Por quê? Porque isso contribui para uma série de objetivos como saúde, sociabilidade, integração e bem estar, de uma maneira geral.

Então, na verdade, o esporte de base, que é o formativo, acontece na tenra idade com crianças, jovens, adolescentes. O esporte de alto rendimento, nessa idade, ou, no máximo, no começo da fase adulta, para a maioria das modalidades. Mas, a partir daí, sim, temos, talvez, o mais importante, que é o esporte para a vida, o esporte que dará qualidade de vida às pessoas, que dará saúde, que irá, de certa forma, não necessariamente, contribuir para o não envolvimento com drogas, violências e outras coisas mais.

Esse é o grosso, é a grande abrangência que o esporte deveria ter e não ter como topo de uma pirâmide o esporte de alto rendimento.

Portanto, para definimos indicadores, precisamos, sim, fazer um diagnóstico sobre dois níveis. Primeiro, um geral, que tem a seguinte questão, em minha opinião: em que medida o “sistema esportivo nacional”, e eu coloquei entre aspas porque, na verdade, eu não acredito que exista um sistema esportivo nacional



claramente definido e claramente estruturado enquanto sistema. Nós temos camadas de esporte que não sei se elas se comunicam entre si. Então, em que medida o “sistema esportivo nacional”, entre aspas, contempla a concepção ampliada de esporte e, sobretudo, favorece os fluxos entre suas distintas manifestações? Isso estava naquele organograma que apresentei antes, em que temos o esporte de base ou formativo, que leva ao esporte de alto rendimento e que também, no final das contas, o esporte para toda vida, o esporte como hábito de vida. E aqueles atletas de alto rendimento também um dia deixarão de ser atletas de alto rendimento. O ideal é que incorporem em suas vidas o esporte não com aqueles objetivos, mas com o sentido do bem-estar, da qualidade de vida, da saúde. Então, nesse diagnóstico, eu poderia antecipar minha opinião de que não temos um genuíno sistema esportivo nacional, principalmente porque esses fluxos não estão ocorrendo entre essas três grandes manifestações.

Além disso, nós precisaremos de um diagnóstico mais específico, que estou chamando de radiografia das dimensões do Sistema Nacional do Desporto. Esse diagnóstico se refere a: estrutura e gestão; insumos — não apenas como resultado, contagem de medalhas e muito menos só voltados ao esporte de alto rendimento —; condições de oferta; níveis de acesso; resultados, sim; e outros aspectos que também não foram citados, mas que provavelmente devam existir.

Eu havia dito que precisamos de diagnósticos objetivos e de saber quais seriam os principais problemas. Já foi constatado pela auditoria do TCU que a carência ou precariedade da infraestrutura esportiva nas escolas é um dos principais problemas; além de carência ou precariedade de materiais e equipamentos esportivos; falta de foco em relação às atividades desenvolvidas nas aulas de educação física, em que priorizam o talento e não o acesso universal, a prática universal.

Talvez esses primeiros itens estejam mais relacionados ao esporte de base, de formação na escola. Mas, além desses problemas, há carência ou precariedade de instalações esportivas de caráter público na maioria dos Municípios brasileiros, uma vez que o esporte, tanto a iniciação no desporto formal como o esporte de alto rendimento, é fundamentalmente desenvolvido em clubes, ou seja, espaços a que a



maioria da população não tem acesso, porque não é sócia, porque não tem capacidade de pagar por essas atividades.

Também foram diagnosticadas a carência de profissionais voltados à iniciação esportiva e ao nível intermediário de treinamento — quando se fala, então, em esporte de rendimento — e a ausência de um sistema desportivo estruturado segundo níveis de complexidade ascendentes: iniciação, universal; aperfeiçoamento, aí, sim, como opção, como questão de aptidão; e treinamento para o alto rendimento.

Então, quais seriam os principais aspectos a serem observados?

Com relação à oferta de atividades esportivas, seriam instalações e/ou equipamentos — distribuição territorial, nível de cobertura, adequação e qualidade desses equipamentos e instalações —; profissionais capacitados — quantificação e qualificação —; e meios de divulgação e de comunicação.

Com relação ao acesso e à demanda da população, seriam o universo potencial por faixas etárias — é claro, tudo está vinculado ao tipo de manifestação esportiva e aos objetivos aos quais ela está associada —; participantes em números absoluto e relativo; e a relação entre oferta e demanda.

Depois, verificaríamos os indicadores de insumo: instalações, equipamentos, como já foi falado anteriormente, e também, obviamente, recursos financeiros, estudos e pesquisas.

Outra categoria seriam os indicadores de atendimento e de cobertura, que incluem: demanda potencial por faixa etária; capacidade de atendimento dos Municípios; e proporção de praticantes em relação à demanda potencial.

Vejam que até aqui nós falamos de oferta, insumos, infraestrutura e demanda. Aí, sim, podemos falar de resultados, porque não basta criarmos indicadores de resultados se não temos as outras condições atendidas. É importante, sim, termos indicadores de resultados que não se reduzem à questão de medalhas, de vitórias, mas que levem em conta a satisfação dos participantes, o nível de desempenho e os resultados alcançados também. E por que não considerar os indicadores que estou chamando de derivados? Quais os efeitos, quais os impactos nas comunidades, em termos de segurança, saúde e desempenho educacional, da prática esportiva?



Como foi falado pelo Prof. Jannuzzi, nós não podemos entender o esporte *stricto sensu*. Assim como a educação não acontece só dentro dos muros escolares, o esporte não acontece apenas dentro dos limites da quadra esportiva ou do ginásio. Como considerações finais ou como conclusão, é fundamental que consigamos superar essa concepção estreita de esporte quando se pensa num plano nacional de esporte.

Vejam como é difícil implementar aquilo que a teoria coloca ou que a própria lei coloca, como já está na Constituição brasileira, como já foi falado pelo Dr. Ismar, que nós não aplicamos prioritariamente os recursos públicos no esporte educacional tal qual estabelece a Constituição Federal brasileira.

Então, nós temos que superar essa visão estreita de que esporte se reduz a competição ou a alto rendimento. Os indicadores, portanto, devem ser formulados tendo como referência a natureza da prática ou dessas manifestações e os objetivos que se esperam alcançar. Quando se pensa em esporte de base ou formativo, o objetivo fundamental, primeiro, inicial, quantitativo é o de ser universalizado.

Do ponto de vista qualitativo, nós precisamos fazer com que essa prática promova a descoberta do talento de atletas, para que se possa fazer esse encaminhamento, mas também precisamos fazer com que a prática esportiva seja incorporada ao dia a dia de cada aluno, de cada criança, não só como atividade de treinamento, mas como atividade para o seu bem-estar e a sua saúde.

Portanto, a definição desses indicadores vai pressupor a redefinição da concepção de esporte e a realização desse diagnóstico. Acho que não temos ainda, no momento, capacidade para definirmos exatamente quais seriam esses indicadores, porque nós não conhecemos a realidade. Não conhecemos a realidade em termos de infraestrutura e de demanda e, de fato, necessitamos de um diagnóstico para essas informações.

Diferentemente da área de educação, na qual eu trabalho no IPEA, onde nós temos uma infinidade de dados e indicadores e muitas vezes até nós perdemos, no caso do esporte, nós temos uma carência muito grande, porque não sabemos nem qual é a infraestrutura disponível no País.

No campo da educação, nós sabemos o que há em cada escola. De todas as escolas públicas, sabemos quais têm biblioteca, cozinha, laboratório de informática.



Mas nós não sabemos qual é de fato a infraestrutura esportiva existente no País e também, como não sabemos, quais são os recursos humanos disponíveis para atuar junto a essa infraestrutura.

Então, é urgente que se tenha esse diagnóstico. Claro, e aí vamos ter esses indicadores de oferta e de insumos necessários, que já são prioritários. Mas os indicadores para um Plano Nacional de Esporte certamente deverão transcender esses indicadores tradicionais que nós temos e que estão basicamente vinculados à questão de resultado e desempenho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Parabéns, Dr. Paulo. Eu queria lhe parabenizar e ao mesmo tempo dizer que concordo com a apresentação de V.Exa.

Eu tive a oportunidade de ser Secretário de Esporte e encontrei várias das dificuldades citadas aqui hoje. Esse diagnóstico é necessário. É muito mais simples fazer o diagnóstico da escola pública ou privada, porque você já tem essas informações. Mas, quando se parte para a infraestrutura das cidades, dos Municípios e dos Estados Brasileiros, aí você tem uma dificuldade muito maior.

Não tive a oportunidade de acompanhar a apresentação do Dr. Ismar, peço desculpas, hoje é um dia muito concorrido na Casa. Para variar, há mais manifestações, e isso toma um pouco do tempo dos Deputados.

Mas, acompanhando também a manifestação de seu xará, Dr. Paulo também, vejo uma preocupação na iniciação do desporto como inclusão, de aproveitamento das políticas públicas como forma de se projetar o desporto e através dele conseguir implementar uma política nacional de desporto. Mas falta a base, que é esse diagnóstico, para que se possa trazer as metas.

Eu queria parabenizar a todos por esta apresentação aqui hoje e pedir desculpas, porque temos um dia muito atribulado na Casa, e por isso não temos os Deputados aqui presentes, como a gente gostaria, pela demanda e pela importância desse tema.

O Deputado Evandro Roman, que se ausentou agora, me pediu para substituí-lo. Espero que possa chegar a tempo para dar os parabéns a ele pessoalmente, porque a iniciativa é importantíssima. Não se faz nenhum projeto sem



ter conhecimento da realidade que estamos vivendo, e primordial no desporto brasileiro é a questão do diagnóstico.

Agora quero abrir a palavra a vocês, da plateia, iniciando pelos nossos consultores, se quiserem, para também fazerem algum tipo de questionamento aos nossos palestrantes.

O SR. GABRIEL – Boa tarde, o meu nome é Gabriel. Sou consultor legislativo da área de educação, cultura e esportes. Em primeiro lugar, parablenizo a todos pela apresentação. Acho que foi muito interessante até para podermos verificar como é que está esse diagnóstico mesmo, principalmente do esporte de alto rendimento e entender um pouco como podemos construir alguns indicadores para o plano.

Eu quero fazer duas perguntas. Primeiro para o Sr. Ismar. Eu cheguei a ler o relatório do TCU a respeito do esporte de alto rendimento. Está muito denso, muito bem escrito. Eu só fiquei com uma dúvida. Quando vocês falam de patrocínio privado para o esporte de alto rendimento, isso está contando todo o patrocínio que qualquer agremiação ou equipe tenham em relação às verbas que elas recebem? Essa é uma dúvida que eu fiquei em relação a patrocínio privado. E aquele dado que foi apresentado de que 94 ou 95% do alto rendimento são patrocinados por verbas públicas. Se o senhor pudesse esclarecer um pouco mais sobre isso seria interessante.

E outro ponto: existe algum relatório ou plano para se executar um relatório do TCU em relação à questão do esporte educacional, nessa parte de alto rendimento? Existe algum plano, existe já um número que vocês tenham ou algum ponto em relação a isso? Acho também interessante fazer esse *link*.

Para finalizar, uma pergunta para os dois Paulo. Achei interessante esse último ponto de fazer um vínculo entre o investimento em esporte ou os indicadores de políticas públicas no esporte com essa questão de segurança e saúde.

Como conseguiríamos mensurar isso? Existe algum estudo que consiga mensurar efetivamente como o esporte pode servir de melhoria para a saúde ou para a segurança? Há como dissociar essas melhorias do que pode ser atribuído ao esporte, por exemplo. Existe algum estudo sobre isso?

De novo, parablenizo a todos pela apresentação.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ - Obrigado, Gabriel.



Em primeiro lugar, faço um esclarecimento — talvez isso seja de seu conhecimento, mas não de todos —: o TCU tem alguns instrumentos de fiscalização diferenciados em relação aos objetivos.

Esse que o senhor mencionou com base nos dados que eu mostrei é um levantamento de auditoria. Não é exatamente uma auditoria de determinada entidade, mas um grande levantamento de informações com o propósito de definir áreas para fazermos auditoria.

Então, por meio desse levantamento, a base dessa informação foi declarada. Foi feita uma pesquisa formal com todas as confederações e comitês para que aqueles especificassem o valor que recebem de patrocínio e de onde vem esse dinheiro, se vem do setor público, de uma estatal, ou se vem da iniciativa privada. Esse dado foi declarado pelas confederações e comitês. Eles disseram isso.

Foi interessante, porque, quando o Tribunal divulgou esse dado, algumas confederações se mostraram surpresas. Inclusive, algumas disseram “*não, eu não tenho tudo isso*”. “*Como não têm? Vocês é que disseram que têm.*” Quando começamos a comparar um com o outro, mostramos que uns tinham muito, e isso foi muito engraçado.

Portanto, foi um dado declarado pelas próprias confederações, com a fonte do patrocínio, se é PETROBRAS, se é ELETROBRAS ou da área privada. Além disso, perguntamos às estatais também quanto investem no esporte olímpico e paralímpico.

É importante dizer que o futebol está fora da alçada do Tribunal, da área de atuação. A CBF não é fiscalizada pelo Tribunal. Os clubes não são fiscalizados e apenas o serão se houver uma renúncia de receita, um convênio ou alguma transferência direta que venha a ser discutida aqui.

Está explicada a primeira? Sim? (*Pausa.*)

Está.

A segunda pergunta foi sobre o esporte educacional. Nós temos, sim, o propósito de fazer um trabalho para mapear essa informação que o senhor está buscando e nós também estamos querendo saber o quanto hoje se investe em esporte de rendimento e quanto se investe em desporto educacional no País?



Não é simples essa conta, porque o desporto educacional, como o próprio nome diz, é aquele praticado nas escolas. Mas, mais do que tentar quantificar o que vai para esporte a rigor na escola, queremos saber se é realmente esporte. Em outras palavras, eu tenho um filho que estuda em uma das melhores escolas particulares de Brasília, e a aula de educação física para ele é uma piada, é uma recreação.

Hoje, o esporte não é estimulado na base. A educação física é simplesmente uma atividade lúdica, sem profissionais preocupados com a formação do aluno. Na minha época, havia nas escolas públicas professores que eram treinadores e conheciam as regras de todos os esportes. Eu estou falando de uma realidade pessoal que pode fazer parte da vida de muitos dos senhores. Por isso, queremos avaliar qual é o investimento real do esporte, ou melhor, da área educacional no esporte.

Um outro aspecto que complica um pouco essa conta é que, como nós sabemos, as redes de ensino na educação básica, especialmente na educação no ensino fundamental, infantil, pertencem a Estados e Municípios, que têm uma dimensão que foge à competência do TCU.

Por esse motivo, vamos ter que buscar apoio dos TCEs e de outros entes para ter esse diagnóstico. Não é uma conta simples, mas queremos tentar investigar isso no ano que vem. É um dos desdobramentos desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Quem quer comentar?

Com a palavra o Sr. Paulo Corbucci.

O SR. PAULO ROBERTO CORBUCCI - É uma pesquisa difícil, mas pode ser feita por meio de um estudo de caso, com um grupo de controle, ou por meio de um acompanhamento ao longo do tempo, um estudo mais longitudinal, que eu acho que é mais factível.

É claro que não dá para fazer essa associação direta entre o investimento em esporte e a redução do nível de violência e a melhoria da saúde dos praticantes, mas é claro que o esporte pode dar essa contribuição. Não é o que gostaríamos, mas, como sabemos que as desigualdades são muito grandes no Brasil, dificilmente nós vamos ter esses investimentos sendo feitos ao mesmo tempo para todos e na mesma proporção. Então, sempre vai ser possível comparar situações em que esses



investimentos foram feitos com outras situações que não receberam investimentos tão grandes assim.

Fica muito difícil, de fato, estabelecer essa correlação direta entre o investimento em esporte e a melhoria dos outros indicadores.

O SR. GABRIEL - Só um detalhe: eu fiz essa pergunta, porque eu sempre fico curioso com um dado que a UNESCO divulga que é o seguinte: a cada 1 dólar investido em esporte economizam-se 3,2 dólares em saúde. Eu sempre tive curiosidade de saber exatamente como chegaram a isso e se dá para aplicarmos essa mesma metodologia em outras áreas, como segurança.

Foi nessa linha que eu fiz essa pergunta.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Esse é um dado que repetimos constantemente, porque há uma fonte segura que é difícil de compreender, mas é importante estimular. Quando se investe em esporte se economiza na saúde, o que é até lógico. É importante termos essa visão.

Alguém mais quer fazer pergunta?

O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO - Sou José Ivan Mayer de Aquino, especialista em políticas públicas e gestão governamental. Estou atualmente no Ministério do Esporte e, agora, aproveitando um pouco das férias para trabalhar com um assunto importante.

Parabenizo a Direção da Casa pela organização deste importante encontro, momento em que estamos discutindo o Sistema Nacional do Desporto.

O Ministério do Esporte tem um grupo de trabalho dedicado à discussão desse Sistema Nacional e, por isso, montou um diagnóstico do esporte juntamente com a Fundação Getúlio Vargas.

Peço à assessoria que coloque esse trabalho no vídeo. Se não puder, peço aos interessados que localizem na página do Ministério do Esporte o diagnóstico chamado DIESPORTE, que mediu um pouco essa realidade do esporte no Brasil, com dados muito interessantes inclusive sobre a falta de prática do esporte na população como um todo.

A discussão desse grupo que envolve entidades importantes do sistema é uma obsessão do Ministro do Esporte George Hilton, que tem insistido nisso em



todo lugar a que ele vai, com respaldo muito importante da Presidenta da República. Na primeira vez em que eles se reuniram, decidiram que o Sistema Nacional do Desporto é uma grande contribuição.

Concordo com a Mesa. Nem a educação no Brasil, com um Ministério que já tem 80 anos, um belo plano e duas conferências, tem o Sistema Nacional de Educação. Esse deve sair até junho do ano que vem, como os senhores sabem, em função do Plano Nacional de Educação, que deverá ser o nosso referencial aqui, com uma estrutura de poucos artigos, umas 10 metas e umas 100 estratégias para podermos criar os indicadores.

O DIESPORTE — Diagnóstico Nacional do Esporte aponta alguns elementos para começarmos a pensar na história dos indicadores.

Deve haver diálogo sobre a setorização dos públicos, como foi categorizado pelo Paulo Corbucci, a partir da constituição do esporte de rendimento e de alto rendimento, que é como todo o mundo enxerga, mas considerando os outros que são prioritários, o esporte educacional ou escolar e o de participação. Esses também têm que ser considerados nessa dimensão.

Portanto, para mostrar a todos como esse grupo de trabalho tem trabalhado até agora em termos de modelagem, trago a ideia do modelo canadense. O que está mais sendo mais aceito neste momento em termos de modelagem é a ideia do esporte para a vida toda.

Essa modelagem também já foi alvo de um trabalho muito bom da Comissão do Esporte, que convidou representantes internacionais e fez um belo seminário em que muitas pessoas puderam mostrar esses modelos e discuti-los mais profundamente.

Vejo, com muita simpatia, essa história de nos unirmos com autarquias diferentes com o acúmulo de experiências do Paulo Jannuzzi, do TCU, do IPEA e do o INEP, que vão nos subsidiar muito nessa discussão.

Eu acho que podemos, a partir desses dados, pensar num sistema que tenha alteração por emenda constitucional do art. 217, para poder traçar as diretrizes do sistema nesse capítulo da Constituição, uma lei de diretrizes e bases do esporte que seja uma reformulação da Lei nº 9.615, a Lei Pelé, não esquecendo que a Lei nº 13.155, que regula o futebol, aprovada nessa semana, tem que ser parte desse



sistema. O Sistema Nacional do Desporto não deve ser um sistema à parte que privilegie o futebol numa ilha. Basta o prejuízo que isso tem dado para a construção do esporte como um todo! Esse sistema tem que se submeter às normas de transparência, que agora ganham um elemento novo. Não podemos permitir que o grupo que perdeu algumas coisas por veto venha a propor alterações na Lei nº 9.615, como já estão falando em fazer, para recuperar coisas que perderam lá e para novamente prejudicar a sociedade. Temos que estar atentos a isso.

A ideia do Plano, do Sistema e da Lei de Diretrizes e Bases do Esporte é uma construção fruto de conferências, do DIESPORTE e de uma sinergia forte com a Comissão de Esporte, pelo qual agradecemos. Eu agradeço em meu próprio nome, por ser um velho professor de educação física aposentado. Agradeço também em nome do Ministério sem ter mandado para isso, porque acho que esse é um esforço que o Ministério precisa acompanhar mais de perto. Nós temos que ter humildade para saber que o conhecimento está disperso em vários lugares.

Que nós possamos trazer, em setembro, o resultado desse grupo de trabalho e dessas comissões, da interação entre nós todos, um esboço, um protótipo, um protoprojeto de lei para tentar formar uma comissão especial que discuta o resultado dessas propostas legislativas.

Esperamos que haja um projeto de lei para o Plano Nacional do Esporte e uma proposta de emenda à Constituição para o Sistema Nacional do Desporto que possam ser frutos do debate em uma comissão especial com ascendência desta Comissão do Esporte, mas com confluência com a temática da educação, da ciência e tecnologia, do desenvolvimento social e de todos os outros temas.

A contribuição para o debate é identificar com base no Diagnóstico Nacional do Esporte o que pode ser útil para essa formulação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Eu queria parabenizá-lo pela sua apresentação aqui.

Apenas complemento com o seguinte: o senhor disse que o Ministério identificou a baixa prática desportiva da população. Acho que isso se deve muito à política pública de iniciação à prática desportiva, que tem falhas.



E há outro problema também. A estrutura é precária, concorrendo hoje em dia muitas vezes com a especulação imobiliária, que está consumindo os espaços de práticas públicas.

Os Municípios hoje constroem uma praça onde antigamente havia um campo de futebol. Hoje, os prefeitos preferem construir uma quadra, que é menor, ocupa menos espaço e gasta menos, mas isso tem um prejuízo por outro lado.

Não se pode fazer uma política pública de desporto nacional sem envolver o CONFEF, que tem que participar, porque os profissionais são parte importante desse processo da construção do desporto.

O Dr. Ismar se referiu há pouco à importância de a iniciação do esporte ser realizada por profissionais com capacidade para isso. Dois ou três por cento dos praticantes de esporte são do alto rendimento. Todo o restante está praticando esporte como hábito de vida ou está apenas na iniciação do desporto. A maioria dos atletas inicia a prática pelo desporto escolar.

Há uma outra questão. Geralmente, as políticas públicas de desporto escolar nos Estados são conduzidas pela Secretaria de Educação, e às vezes há conflito entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Esportes. Com esse conflito perde todo o esporte.

Essa é uma outra situação importante. Tem que se entender até onde vai a participação da Secretaria de Educação e a da Secretaria de Esportes, com colaboração ao invés de uma competição, porque, como o recurso é escasso, um joga para o outro. “*Isso não é da minha área, não.*” Começa essa situação e quem perde é o atleta, quem perde é o iniciante.

Muitas vezes, vemos grandes valores que poderiam contribuir com o esporte brasileiro se perdendo pela falta de oportunidades. Essa é uma realidade.

Eu gostaria de franquear a palavra a quem quiser fazer perguntas.

Com a palavra o Sr. José Cruz, repórter do *UOL Esporte*.

O SR. JOSÉ CRUZ - Quero cumprimentar a Mesa pela qualidade das informações que os seus integrantes nos trouxeram.

Eu fico contente de ver que, apesar de algumas carências, temos informações valiosas e pessoas preocupadas com o segmento do esporte, área tão importante no Brasil, principalmente desde 2001, quando surgiu a Lei Agnelo Piva.



Lembro ao Sr. José, do Ministério do Esporte, que o diagnóstico realizado divulgará ainda dados de mais três ou quatro setores, entre eles um que trata de recursos para o esporte. Estamos no aguardo dessa divulgação, já que apenas a primeira parte divulgada.

Queria sugerir ao Dr. Ismar que, se possível nesse trabalho que o Tribunal está realizando, sejam levantados dados referentes, talvez com apoio do IBGE, às escolas de educação física do Brasil. Tenho informação de que elas giram em torno de 1.500.

Pergunto também que perfil de profissional está sendo formado, para que tenhamos uma ideia. Hoje em dia, devido às exigências de mercado, qualificação de salário etc., a demanda vai mais para as academias.

Para que os senhores tenham uma ideia, nós temos no Brasil hoje 44 técnicos estrangeiros contratados pelo Comitê Olímpico e pelas confederações, o que demonstra uma carência muito grande de formação interna.

Eu acredito que esse estudo com o Conselho Federal de Educação Física possa contribuir nesse trabalho que o Tribunal, o IBGE e os senhores estão realizando.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Obrigado pela colaboração.

Ismar, já que a verba da educação é carimbada, poderíamos carimbar dentro da verba da educação a verba do esporte para obrigá-los a gastar uma parte com o esporte, já que muitas vezes não se investe no esporte, mesmo sendo atribuída a função do esporte à área de educação. Talvez esse fosse um caminho.

O SR. JOSÉ CRUZ - Quando Lars Graef foi Secretário Nacional de Esporte, fez um trabalho nesse sentido. Fez um levantamento, um trabalho junto aos Parlamentares para que os recursos das emendas fossem aplicados nos Municípios de acordo com as necessidades, e não de acordo apenas com a indicação do Parlamentar.

Eu acredito que o Congresso poderia contribuir nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Aí vem a questão do diagnóstico bem elaborado para se identificar a necessidade e a carência do Município, porque, em geral, é assim que funciona. O prefeito vem e diz: "*Deputado,*



meu Município precisa de um ginásio desportivo". Então, constrói-se o ginásio. Depois, quando se vai verificar, esse Município já tem dois ginásios e precisaria de outro espaço que não o ginásio, mas naquele povoado a cobrança foi grande.

A realidade que enfrentamos hoje é de carência total nos Estados e Municípios brasileiros. A bem da verdade, temos carência de tudo.

E, às vezes, o Ministério — há aqui representantes do Ministério — tem mais facilidade para liberar recursos para determinadas emendas. Ou seja, se para a construção de ginásios o caminho já é mais fácil de percorrer, vamos encaminhar recursos para esse fim. Em outras áreas não temos uma coisa tão simples de se executar. Então, isso acaba levando à construção de ginásios.

Na minha cidade — sou da Capital de Sergipe, Aracaju —, nós temos uma carência de tudo nesse sentido. Embora seja uma capital, a cidade tem apenas cinco ou seis bons ginásios. O Deputado Hélio Leite, que não está aqui presente, disse: *"Eu fui Prefeito da minha cidade e construí 32 ginásios"*. Eu me senti humilhado quando ouvi isso, porque ele é do interior e construiu 32 ginásios, sendo que na minha capital há cinco ou seis deles em boas condições.

O SR. PAULO ROBERTO CORBUCCI - Eu queria só fazer um comentário sobre a sua fala, referente a essa questão, vamos dizer assim, do "desvio de função" — entre aspas — causado pelo fato de que, embora exista uma enorme quantidade de escolas de Educação Física, esses profissionais não buscam as escolas de educação básica quando formados. O motivo é óbvio: nas escolas não se têm condições de trabalho adequadas. Quer dizer, o professor de Educação Física não encontra a sua sala de aula.

É claro que a questão do salário não é o único fator, porque até os dados do Ministério da Educação mostram que há uma meta no Plano Nacional de Educação que diz que se tem que equiparar o salário dos professores de nível superior com os profissionais não professores também de nível superior. Ele mostra no gráfico que a quantidade de profissionais nessa situação está crescendo — hoje, já chega a cerca de 70%.

Então, não é só uma questão de salário, é uma questão de condições de trabalho. Portanto, tem-se que pensar uma política pública de esporte de forma



matricial, sistêmica. Senão, o mercado vai fazer isso mesmo. As pessoas vão buscar as melhores condições não só de remuneração, como também de trabalho.

Onde não existe política pública existe mercado. Então, não adianta querer que haja muitas escolas de educação física, porque esses profissionais não vão ser encaminhados para onde se gostaria que fossem encaminhados — escolas, Centros de Iniciação ao Esporte —, até porque estes não existem ou existem em quantidade insuficiente.

O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO - Gostaria de contribuir com esta discussão.

Nós vamos resolver juntos essa questão do atendimento nas escolas, por meio de uma parte pedagógica muito importante que está inserida nas Metas 2 e 3 do Plano Nacional de Educação, que define, nas suas estratégias, que devem ser constituídos os direitos e objetivos de aprendizagem.

Ontem, numa outra audiência aqui, eu tive oportunidade de falar sobre esse assunto, dizendo que nós devemos nos unir todos para constituir os direitos e objetivos de aprendizagem para o ensino, desde a creche até a pós-graduação — o que interessa ao CNE são os ensinos fundamental e médio —, da educação física, do letramento motor e do esporte nas escolas.

Quando nós tivermos isso bem delineado, poderemos difundir para as escolas que formam professores quais são os objetivos que se espera que sejam atingidos. Isso abrange a variável biométrica, o comportamento organizativo, a participação cidadã nos esportes, a inclusão das pessoas com deficiência e as inclusões culturais que nós temos que fazer, respeitando as modalidades de esporte indígenas e outras.

Então, a Meta 2 e a Meta 3 têm que ser um espelho para nós da área do esporte durante a vigência do atual PNE. A Meta 20, que é a do financiamento, tem, da Estratégia 20.6 até a 20.10, a discussão do conceito de Custo Aluno-Qualidade Inicial — CAQI e Custo Aluno Qualidade — CAQ.

Portanto, nós teremos que ser capazes de, como parte de uma política pública, estimar o impacto do Custo Aluno Qualidade na oferta da educação física e do esporte nas escolas brasileiras, como elemento constitutivo dessa construção do CAQ.



Por que isso é importante? Porque, até o final do ano que vem, com a definição do CAQ, a Estratégia 20.10 obriga a União a repassar para os Municípios e Estados o valor do CAQ multiplicado pelo *per capita* dos alunos.

Então, a grande construção da política pública brasileira de educação neste ano, além de montar o Sistema Nacional do Esporte, é discutir essa questão do Custo Aluno Qualidade e de como nós, da área do esporte e da educação física, iremos constituir os parâmetros do Custo Aluno Qualidade nos indicadores que podemos apontar, porque isso será a garantia de transmissão do recurso da União para o Município ou o Estado.

Quanto aos números do esporte nas escolas e do esporte em outros ambientes, nós temos mais de 40 mil escolas num programa chamado Mais Educação. Isso impacta a Meta 6 do PNE, que fala do atendimento em jornada ampliada nas escolas.

A educação física pertence ao Macrocampo Esporte e Lazer, que é um dos macrocampos mais procurados para essa expansão da carga horária que precisamos fazer para atingir a Meta 6 do PNE. Então, nós teremos apenas que dialogar com o PNE fortemente nesse sentido, mas temos mais de 4 milhões de alunos só no Programa Segundo Tempo dentro das escolas.

Como indicadores, nós temos que ver, na questão da efetividade da política pública — isto talvez seja interessante para o TCU —, a diferença entre um Programa Segundo Tempo em que se transferem recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, a fim de fazer o compartilhamento, e um Programa Segundo Tempo com um monte de entidades que às vezes não vão dar a eficiência de quase 4 para 1 na aplicação do recurso e na quantidade de alunos atendidos.

Aí, começa-se a ter que criar indicadores de qualidade para ver se o atendimento está sendo efetivo ou — nisto eu concordo com o senhor — se o dinheiro está só na rubrica, mas não está efetivamente levando a uma iniciação do esporte de base que possa garantir que a pessoa vá fazer o esporte durante a vida toda.

Então, o nosso diálogo com o PNE vai ter que ser muito intenso na construção do Plano Nacional do Esporte. Ele já dá elementos fortes do ponto de



vista organizacional e estrutural, além de trazer questões — como a Meta 16, que o senhor bem citou, que trata da equiparação dos salários dos profissionais — que se resolvem muito bem dentro do Plano e que vamos poder buscar como suporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Vamos passar para as considerações finais? (*Pausa.*)

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, serei brevíssimo.

Eu assisti a uma parte das exposições. Lamentavelmente, não consegui acompanhar a exposição final do Sr. Paulo Roberto, do IPEA, mas já solicitei ao Lindberg a cópia da sua apresentação, porque eu tenho todo o interesse e respeito pelos dados, pelo trabalho do IPEA.

Agradeço a presença de todos os senhores convidados para este debate. Eu acho que esta é — claro, é difícil quantificar a importância — talvez a mais importante ou uma das mais importantes Subcomissões da Casa, porque ela estrutura a sociedade, e não apenas o esporte brasileiro. Ela ajuda a estruturar a sociedade brasileira.

Eu fiquei assustado com algumas informações, principalmente do Tribunal de Contas da União, sobre a consistência desses dados, das metas e dessa planificação que nós temos acumulado até agora. Eu fico feliz de o TCU estar olhando isso, atento a essas questões.

Eu, aliás, só para não perder a oportunidade do registro, acho que o TCU deveria estar mais envolvido no esporte, inclusive no futebol, para o arrepio de alguns, que não gostam nem de ouvir essa palavra.

Na recente apreciação da medida provisória — nós a aprovamos, o que acho que foi um avanço, apesar de tudo —, eu fui autor de uma emenda para que o TCU pudesse acompanhar os números relacionados ao futebol, já que o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro — PROFUT implica uma adesão voluntária também com uma contrapartida dos clubes e das federações no sentido de garantirem transparência, democracia na gestão e, principalmente, participação de outros entes nesse processo coletivo de construção desses objetivos.



Lamentavelmente, a para não perder o trocadilho. A foi rejeitada olímpicamente. Algumas instituições e alguns Deputados têm pavor da palavra transparência.

E não é à toa que nós assistimos, pelo menos no futebol — aliás, não só no futebol; no voleibol e em outros esportes também —, a demonstrações de constrangimento pelo grau de corrupção, de desvio de finalidade do dinheiro. Nós estamos há 40 anos no futebol ouvindo essas histórias, desde a época do Havelange, em 1974 — olhem só! Já são 41 anos ouvindo esses casos. Depois ainda houve o caso do Ricardo Teixeira e outros.

Então, qual é o problema de o Tribunal de Contas da União, que é órgão auxiliar deste Poder, acompanhar as entidades desse setor, já que elas recebem recursos públicos e são beneficiadas com renúncia fiscal? Infelizmente, não houve adesão a essa proposta, mas fico feliz de o Tribunal de Contas da União estar acompanhando isso.

Se há problemas de uma maneira geral, no meu Estado, o Pará, que fica na Região Amazônica, esses problemas são elevados ao cubo, por conta das distâncias, por conta da infraestrutura, por conta da logística.

E o Dr. Ismar destacou na sua apreciação as duas principais colunas, que são a da disponibilidade de infraestrutura e equipamentos para a prática esportiva, insumos absolutamente indispensáveis, sem os quais não há prática esportiva, e a da disponibilidade de escolas ou núcleos de iniciação esportiva, sem os quais também não se consegue dar escala para essa pretensão num país continental de mais de 200 milhões de habitantes.

Depois ficamos a nos perguntar como Cuba, um país de 10 milhões de habitantes, sofrendo uma crise econômica e um boicote de mais de meio século, quase bate o Brasil no quadro de medalhas do último certame dos Jogos Pan-Americanos — quase! A diferença foi pequena. Precisa haver uma explicação para isso! Esse resultado não se deve tanto ao potencial revelado por Cuba, mas à depreciação do nosso *ranking*.

Então, nós precisamos cuidar disso. Eu acho que o plano tem que ter metas muito claras, muito consistentes. E eu queria, Sr. Presidente, já fazer uma



provocação. Esta Comissão está determinada a dar o melhor de si para contribuir com este debate.

Acho que talvez pudéssemos até explorar mais — no bom sentido — o TCU, de modo que esse Tribunal nos auxiliasse no que se refere à consistência dessas metas, para que pudéssemos estabelecer ações que fossem minimamente compatíveis com o alcance desses objetivos, com essas metas de curto, médio e longo prazo.

Mas eu falava que na minha região a carência é infinitamente maior do que a média nacional, pela dificuldade de acesso, de mobilidade, de infraestrutura e de logística. Além disso, temos carência muitas vezes até de alguns esportes que dispensam uma infraestrutura muito maior, pela vocação regional.

O Estado está localizado na região mais tropical do planeta, onde os rios são as nossas ruas, como o poeta já dizia, mas os chamados esportes aquáticos, por exemplo, também são subutilizados. No caso deles, não se precisaria de tanta coisa, porque há ali um recurso natural abundante, mas não conseguimos ter uma política pública que possa otimizar essa vocação.

Então, eu queria fazer essas observações apenas para provocar um pouco mais o debate e dizer que esta audiência pública nos ajudou a compreender melhor essa problemática. Com certeza, vai nos ajudar a encontrar soluções de forma mais rápida.

Muito obrigado. Parabenizo você e os nossos convidados pela realização da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Parabenizo o Deputado Arnaldo Jordy.

Antes de passar para as considerações finais, eu queria dizer que existem grandes políticas públicas do desporto no Brasil, como o Programa Segundo Tempo, que foi abordado aqui, e o Programa Esporte e Lazer da Cidade — PELC, que também acontecia há muito tempo. Mas, infelizmente, quando as políticas públicas são executadas, começam a apresentar falhas, porque são modelos feitos por instituições que, na prática, não têm condições de executá-las. Então, joga-se toda a ideia da política pública numa vala comum.



Por exemplo, os cursos financiados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, criado pelo Governo Federal, são ofertados pelo Sistema S, que tem estrutura e capacitação melhores. Então, nesse programa, se vê um resultado muito melhor. Há uma demanda excelente pelo PRONATEC, porque se confia no sistema que está executando-o.

A questão que foi colocada aqui da valorização dos professores de Educação Física fica ainda mais difícil quando se vive uma moda das artes marciais no Brasil. Isso é bom, mas agora o professor de Educação Física compete com o professor de artes marciais, que não é formado em Educação Física. Então, quando há uma oferta muito grande, desvaloriza-se a média salarial. Isso é uma realidade. Inclusive eu sou Relator de um projeto nesta Casa que trata desse tema. E haverá uma audiência pública sobre isso.

Agora, vou passar a palavra para os senhores para as considerações finais, iniciando pelo Dr. Ismar.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ - Então, eu quero finalizar a nossa participação agradecendo, mais uma vez, a oportunidade de o Tribunal de Contas da União — TCU refletir em conjunto possíveis soluções para o problema do País, quer dizer, a estruturação da política esportiva, a real mensuração, os reais resultados.

Deputado Arnaldo Jordy, eu gostaria de dizer a V.Exa. que, quando esta Casa nos convoca, nós vimos imediatamente, porque temos absoluta consciência de que o TCU é um órgão auxiliar do Congresso. Mais do que isso, como eu falei no início, o nosso trabalho é muito engradecido com a participação e tem um potencial de ecoar muito maior quando esta Casa compra, entende e cobra inclusive as providências que o Tribunal sinaliza necessárias. Então, participaremos com a máxima satisfação dos debates.

Eu queria agradecer ao Deputado Fábio Mitidieri pela oportunidade e parabenizar os meus colegas da Mesa Paulo Jannuzzi e Paulo Corbucci.

O desafio é grande realmente. E de tudo o que eu ouvi, é importantíssimo que o plano a ser construído contenha metas específicas para o desenvolvimento do desporto educacional. Se nós não tivermos um horizonte ou algo concreto que seja colocado como compromisso das entidades, organizações e instâncias de governo



responsáveis, nós não vamos chegar lá. Então, são necessárias metas ousadas, porém factíveis. O plano tem que ser realista, mas também não pode ser um plano que apenas referende o estado de coisas que está aí, que sabemos não é o estado ideal.

O Dr. Paulo Jannuzzi definiu indicador aqui de uma forma muito bacana. Eu também costumo adotar uma definição, que é a seguinte. Indicador não dá resposta. Indicar nos permite fazer perguntas. Indicador é um sinal. A partir desse sinal, nós vamos investigar a fotografia. Não é isso, Dr. Paulo?

Portanto, com essa premissa de que os indicadores são um meio e não o fim da política, eu acho que nós construímos bem de forma sustentável.

Eu queria agradecer, mais uma vez, em nome do Tribunal de Contas da União, ao Alípio e à Patrícia, presentes aqui, que fazem parte da minha equipe, que são responsáveis pela condução dos trabalhos e estão muito envolvidos com a matéria.

Até uma próxima oportunidade. Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Parabéns, Dr. Ismar!

Agora, o Dr. Paulo Roberto está com a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO CORBUCCI - Eu também quero agradecer a oportunidade estar aqui neste debate.

Eu gostaria de reforçar o fato de que nós precisamos transformar o esporte numa questão de Estado. Eu acho que essa é a grande diferença, Deputado, em relação a Cuba, porque o esporte em Cuba é uma questão de Estado.

Eu acho que essa é a grande diferença, Deputado, em relação a Cuba, porque o esporte em Cuba é uma questão de Estado. E pensar o esporte como uma questão de Estado é pensar o esporte como uma política sistêmica, e não apenas como uma faceta do esporte, que é aquela que tem mais apelo junto à mídia: o esporte de alta competição.

Se nós conseguirmos pensar o esporte como uma questão de Estado, como uma necessidade para a sociedade, para a população como um todo, eu acho que nós vamos dar um grande passo à frente no Brasil.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Obrigado, Dr. Paulo Roberto Corbucci.

Com a palavra o Dr. Paulo de Martino Januzzi.

O SR. PAULO DE MARTINO JANUZZI - Eu agradeço a oportunidade e parabeno os colegas da Mesa, o Dr. Ismar Barbosa e o Paulo Corbucci pelas contribuições.

E quero dizer que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da sua Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, está disposto a contribuir para algum tipo de informação complementar que se precise e que se imagine importante para fazer com que os programas, as ações na área esportiva também possam alcançar o nosso público do Cadastro Único, o público beneficiário dos nossos programas sociais.

Nós fizemos uma pesquisa em 2012 — está disponível no nosso *site*, assim como todas as pesquisas que fazemos, inclusive os microdados —, na qual investigamos o acesso aos equipamentos públicos de um modo geral e a proximidade deles junto à população brasileira. E o que constatamos é que, de fato, os dois equipamentos públicos mais próximos da população mais pobre são as escolas de ensino fundamental e os Centros de Referência de Assistência Social. As praças esportivas, os equipamentos de lazer e vários outros estão distantes da nossa população. Portanto, há que se ter um viés de equidade naquilo que entendemos que é também uma política universal, e a política de esporte é uma política universal.

No que concerne a mim especificamente, também devemos pensar em indicadores que retratem a cobertura do acesso ao esporte e aos equipamentos. Como bem lembrou o Paulo Corbucci, não basta ter indicadores de resultados, pois ainda estamos exatamente no momento de ter que dispor de indicadores de equipamentos, de insumos, sempre com a preocupação de verificar se esses indicadores retratam essa cobertura junto aos nossos públicos que não têm a opção de, vamos dizer assim, contratar serviços no mercado, o que uma parte importante da classe média brasileira pode fazê-lo.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Antes de encerrar esta audiência pública, agradeço a presença de todos, da nossa Consultoria e dos nossos palestrantes.

Muito obrigado a todos e tenham uma boa tarde. *(Palmas.)*